

Governadores não vão acatar imposição

quarta-feira, 28/9/88 □ 1º caderno □ 13

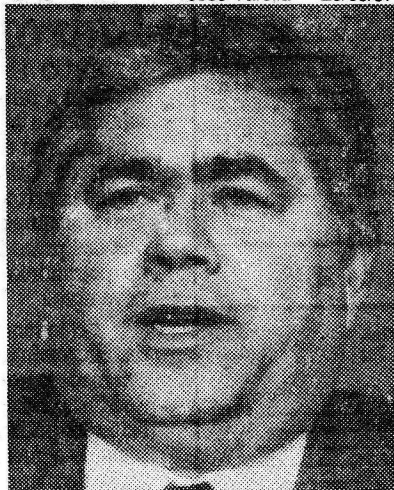
sobre dívida

Pública

José Varella — 29/09/87

BELO HORIZONTE — O governador Newton Cardoso vai expor hoje, ao presidente José Sarney, em Brasília, a "posição solidária" de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, de não aceitar a imposição do recolhimento de 25% da dívida vencida e a vencer em 1989 junto ao Banco Central, concordando apenas com um máximo de 10%. Segundo disse, esses e outros estados querem os mesmos benefícios que o governo federal conseguiu nas negociações com os bancos estrangeiros.

"Entendemos ser impossível a rolagem de 25% do estoque da dívida. Se o governo rolou essa dívida a longo prazo, que repasse aos estados esses prazos, para que possamos estar juntos com a União na carência", explicou Newton Cardoso, ressaltando que "Minas será o estado menos sacrificado", porque considera a dívida pequena: US\$ 2,6 bilhões, dos quais entre US\$ 400 milhões a US\$ 500 milhões no exterior. Mesmo assim, ele não concorda em desembolsar US\$ 100 milhões em 1989 por conta da dívida da administração direta. A principal estatal, a CEMIG (Cia. Energética de Minas



Cardoso: direitos iguais

Gerais), teria que pagar outros US\$ 150 milhões.

"Isso é uma quantia substancial, porque não está entrando dinheiro novo", justifica Cardoso, destacando que São Paulo "ficaria inviável", pois teria que

pagar uma quantia superior a US\$ 1 bilhão.

No almoço de hoje com o presidente Sarney, o governador mineiro não falará como porta-voz dos governadores do PMDB, defendendo as posições apenas das que o procuraram, como o governador Orestes Quêrcia, que telefonou para ele na sexta-feira passada. "Alguns Estados não devem muita coisa e, se devem, não é para o exercício de 1989. Mas a nossa posição foi tirada de um entendimento em uma reunião do Confaz (Conselho de Política Fazendária)."

Newton Cardoso admitiu que, se mantidos os cortes no orçamento em função do recolhimento antecipado da dívida externa, haveria prejuízos para as pretensões dos governadores que já trabalham suas candidaturas à presidência da República.

"Claro que vai existir. Vai existir porque nós temos um orçamento pela frente e vários programas serão afetados. Mas eu vou manter os programas da área da agricultura, todos eles; da área de saneamento básico e também das estradas de rodagem", afirmou o governador.

Apoio a Maílson — Cardoso declarou-se certo de que o governo não articula a adoção de um novo congelamento de preços e salários, mas admitiu: "Fala-se muito, em Brasília, de uma política econômica alternativa", o que, afirma, não poderá resumir-se numa simples troca de ministros. "Não basta mudar as pessoas, já mudamos o Dornelles, o Funaro e o Bresser. Não adianta mudarmos." Ele acha que, ao invés de tirar Maílson da Nóbrega, o governo deve mudar sua filosofia de política econômica, parando, principalmente, de pressionar diariamente a elevação da taxa de juros.

A solução de curto prazo, segundo disse, é o governo tratar de baixar o nível da dívida interna. "Nenhum ministro nem Mandrake resolverão. A solução está, repito, em dois pontos: 1) baixar a dívida pública interna e 2) combater o déficit público. Isso provocará a retirada do dinheiro colocado no open e na poupança privada; para enfrentar os investimentos é preciso, neste país, acabar com a lei da usura, a preocupação de só aplicar no mercado financeiro.